

## **ENTRE VENDEIRAS E QUITANDEIRAS: O OLHAR DE MARIA GRAHAM PARA A PAISAGEM URBANA DA BAHIA OITOCENTISA.**

Denise G.PORTO<sup>1</sup>

*“O passado é por definição, um dado que nada  
modificará, mas o conhecimento do passado é  
uma coisa em progresso, que incessantemente  
se transforma e aperfeiçoa”.*

Marc Bock

**Resumo:** Neste estudo, trataremos as imagens como fontes privilegiadas de análise, em especial, de dois exemplares recolhidos das iconografias baianas do século XIX atribuídas à Maria Graham e produzidas na década de 1820. Comungamos com o historiador Peter Burke (2016, p.25), para quem “o testemunho de imagens é essencial para historiadores das mentalidades, porque imagens podem testemunhar o que não pode ser colocado em palavras”.

**Palavras-chave:** Maria Graham; Iconografias; Escravidão.

**Résumé:** Dans cette étude, nous traiterons les images comme des sources privilégiées d’analyse, en particulier deux copies recueillies à partir de l’iconographie bahienne du XIXe siècle attribuée à Maria Graham et produite dans les années 1820. Nous communions avec l’historien Peter Burke, “pour qui le témoignage des images est essentiel pour les historiens des mentalités, car les images peuvent être témoins de ce qui ne peut pas être mis en mots » (2016, p.25).

**Mots-clés:** Maria Graham; Iconographie; esclavage.

### **I. Os novos horizontes americanos de um século em contínuo movimento**

---

<sup>1</sup> Denise G. Porto é doutoranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, da Universidade Salgado de Oliveira (PPGH-UNIVERSO), sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Pós-Dr.<sup>a</sup> Mary Del Priore. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, na mesma Instituição e sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Pós-Dr.<sup>a</sup> Mary Del Priore. Atividades de Pesquisa: “Política, Sociedade e Economia do Brasil no longo século XIX” - do PPGH-UNIVERSO-CNPq; “Identificação e exposição de documentos históricos relativos ao processo de Independência do Brasil contidos no acervo do Projeto Resgate Barão do Rio Branco” - Biblioteca Nacional- FAPERJ. Publicação recente: *Maria Graham, uma inglesa na Independência do Brasil*. Sócia Honorária do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói-IHGN e Colaboradora do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ.  
E-mail:deniseporto@gmail.com

No início do século XIX, os olhos britânicos estavam vivamente voltados para as Américas. No intuito de alcançar aquelas promissoras terras, eles enfrentavam longos percursos nas travessias pelo Atlântico Sul a bordo de navios mercantes e de guerra. Naqueles primeiros anos do Oitocentos, os ingleses<sup>2</sup> chegaram nos portos americanos com os mais diversos objetivos. Com a vinda da família real em 1808 e a posterior abertura dos portos ao comércio estrangeiro, que privilegiou, sobretudo, os interesses da coroa britânica, o Brasil passou a integrar as rotas internacionais do comércio de bens manufaturados de consumo. Desde o século XVI, quando “as terras brasílicas fizeram-se a porção mais preciosa do Império colonial”,<sup>3</sup> a colônia portuguesa das Índias Ocidentais não experimentava transformações tão profundas nos âmbitos dos costumes sociais, da economia e da cultura.

Toda essa transformação estava ligada ao grande comércio de importação e exportação, como no caso da Inglaterra, berço da Revolução Industrial, que importava do estrangeiro madeira, fibras, seda, algodão, produtos de tinturaria e outros como o chá, café, tabaco, e exportava produtos manufaturados de ferro, couro, para regiões pouco desenvolvidas, desde a África até as Índias Ocidentais (FALBEL, 2013, p.23).

O Brasil de então fora redescoberto<sup>4</sup> por estrangeiros comerciantes, artistas, viajantes, cientistas e aventureiros, que vinham registrar e documentar as riquezas, sociedade, tipos humanos, o cotidiano cultural e os particularismos das cidades sul-americanas. Como uma integrante do intenso movimento migratório impulsionado, sobretudo, pelos novos horizontes comerciais, políticos, culturais e científicos que se abriram sobre o remoto mundo americano, a escritora, pintora e professora inglesa Maria Graham (1785-1842) chegou a costa brasileira, na altura da província de Pernambuco em 21 de setembro 1821. Única mulher de uma tripulação predominantemente masculina, ela viera a bordo da fragata da marinha de S.M.B *Doris*. Nesta embarcação, a escritora tinha como função ministrar aulas de literatura inglesa, desenho e cartografia náutica, para os jovens cadetes candidatos a futuros oficiais ingleses, que realizavam a viagem de instrução de longo curso, etapa obrigatória para a formação de um militar na marinha britânica. A embarcação que saía de Portsmouth na Inglaterra, em 31 de julho do mesmo ano, rumava para o Atlântico Sul em missão diplomática oficial. Singrando a costa do Brasil, a *Doris*

---

<sup>2</sup> Segundo C. de Mello Leitão: “[...]Encontramos de tudo entre os ingleses que escreveram sobre o Brasil: comerciantes, aventureiros, naturalistas, engenheiros, simples turistas.[...]Há os de renome universal, que ultrapassam o âmbito de suas especialidades, como Darwin e Wallace; os que se fizeram célebres entre seus pares como os botânicos Spruce e Gardner, os zoólogos Swainson e Bates; e os mais particularmente conhecidos dos brasileiros pela justiça de suas apreciações como Kostner e Maria Graham, ou pela síntese que procuram fazer de nossa terra e nossa gente, como Luccock, Henderson e Walsh”. LEITÃO, C. De Mello. *O Brasil visto pelos Ingleses*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p.15.

<sup>3</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A.; MELLO E SOUSA, Laura de. (Orgs). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2018, p.259.

<sup>4</sup> Para Gilberto Freyre: “[...]O Brasil está entre os países exóticos mais inteligentemente descobertos e interpretados por ingleses: por Mawe, Luccock, Koster, Maria Graham, Walsh, Bates, Wallace, Burton”. FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 48.

aportaria nas províncias brasileiras de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, até alcançar a América Espanhola. O Chile seria o destino final da viagem, onde a comitiva britânica garantiria a proteção dos comerciantes ingleses residentes na cidade portuária de Valparaíso, durante as lutas pela independência daquele país da sujeição espanhola.

Filha, neta e sobrinha de almirantes da armada de guerra de S.M.B, Maria Graham nasceu em Papcastle na Inglaterra em 1785. Desde pequena, sua educação dividiu-se, por um lado, nos estudos da literatura, botânica, história, geografia, desenho e pintura, e, por outro, nos conhecimentos náuticos e de navegação ligados a linhagem masculina e militar de seu pai. Quando adulta, casou-se com o capitão Thomas Graham, que pertencia também aos quadros da Marinha de Guerra de S.M.B e era o comandante da embarcação que a trouxera ao Brasil. O escritor chileno Tomás Lago, um dos biógrafos da escritora, confirma que a vida de Maria Graham sempre esteve interligada à literatura, a pintura e a arte de navegar, e que, por conseguinte, a diversidade de sua bagagem cultural a torna uma “estranha mistura de marinheira e scholar” (2000, p.15). Sobre a formação intelectual da escritora inglesa, o historiador Américo Jacobina Lacombe ressalta:

De forma diferente da maioria das mulheres de sua época, pode estudar literatura inglesa e do resto da Europa, arte, desenho, filosofia e história natural. [...]foi uma adepta das ideias do liberalismo político e econômico, que na sua época eram identificadas como o progresso (1997, p. 11).

A obra literária e pictórica de Maria Graham revela, em essência, um diálogo constante entre o movimento romântico inglês e as aspirações políticas liberais, que tinham no projeto imperialista britânico, as pretensões de difundir um novo modelo de civilidade ao mundo. Laura Burmam sublinha, que, já no século XVIII o projeto iluminista preconizava que os “profissionais do mar deveriam desenvolver a técnica do desenho para obter registros etnográficos e topográficos mais precisos” (1992, p.58). Portanto, esperava-se que eles informassem ao velho mundo, tudo o que pudessem registrar sobre os fenômenos naturais, os hábitos e aparência das populações nativas dos remotos horizontes conquistados. Naqueles anos, a modernidade inglesa concebia uma identidade romântica e liberal, e ali, a escritora Maria Graham lapidou o estilo crítico e de sofisticada acuidade perceptiva que pontuaria toda a sua obra por vir. Ela pertencia, portanto, aos dois universos, simultaneamente. Opostos e complementares. O anverso e o reverso de uma mesma moeda. Nas primeiras décadas do século XIX, a cultura, a educação, a economia e a política inglesa andavam de mãos dadas, e Maria Graham documentaria em sua obra, os alcances desse projeto civilizatório.

Enquanto esteve em terras brasileiras, desde os anos de 1821 a 1825, Maria Graham escreveu o *Diário de uma viagem ao Brasil* (1990) que foi publicado em Londres em 1824, e, posteriormente, em 1835, o *Escoço Biográfico de D. Pedro I*. Ela que conhecera Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro durante às convulsões revolucionárias que aspiravam a Independência do Brasil, documentou no seu *Diário*, o retrato político, social, cultural, étnico e paisagístico de um país desigual e escravista, que se construía como uma nação independente de Portugal dentre fortes dissensos políticos. Da mesma forma, a inglesa

representou em aquarelas e desenhos, a paisagem negra e mestiça baiana, levando o observador à percepção de que, mesmo em sua produção pictórica, “vida e obra são reflexos de uma experiência contínua das realidades da alma” (BRITTO,2008, p.9).

A riqueza discursiva das fontes iconográficas atribuídas a Maria Graham, revela um estilo interpretativo marcado pela observação crítica, refinamento descritivo e a capacidade de alcançar certas subjetividades da paisagem escravocrata do Brasil oitocentista. A escritora trouxe consigo, a vitalidade poética e a intensidade narrativa, próprias do romantismo inglês. No alvorecer do século XIX, o modelo teórico conceitual de inspiração romântica, influenciou toda uma geração de intelectuais, artistas e escritores, da qual ela era uma ativa representante. A originalidade e a sensibilidade de sua pena e pincéis, lhe confirmaria um lugar na vanguarda intelectual feminina da Inglaterra oitocentista. Desta forma, sublinhamos, que Maria Graham ao interpretar a peculiar individualidade da cultura brasileira, registrou em sua obra o retrato etnográfico de grupos sociais específicos, notadamente, o da imensa população de escravos homens e mulheres, que chegavam aos milhares em navios abarrotados nos portos da Bahia vindos da África.

## II. Mulheres escravas e forras na paisagem urbana da Bahia oitocentista

Era noite no dia 16 de outubro de 1821, quando a fragata *Doris* avistou ao longe as luzes da cidade de Salvador. A densa escuridão noturna reservara para as horas seguintes do alvorecer, a surpreendente visão do porto baiano. Maria Graham registrou a impressão que guardou daqueles primeiros momentos na Bahia, quando afirmou que “já era bem escuro antes de entrarmos, de modo que perdemos a estreia da vista desse magnífico porto” (1990, p.164). A embarcação inglesa seguia navegando a rota prevista para a missão diplomática à América do Sul. Na manhã seguinte à chegada a Bahia, Mrs. Graham avistou a exuberante e original paisagem, que tanto fascínio exerceu sobre diversos naturalistas e viajantes a longo do século XIX.<sup>5</sup>

Diante do ineditismo da diversidade de formas, texturas, cores e luminosidade que compunham vivamente aquele panorama, a autora recorreu ao artifício retórico da antiguidade clássica grega de *ekphrasis*<sup>6</sup> para alcançar plenamente a intensidade narrativa sobre a cena vislumbrada. Tal exuberância paisagística inspirou em Maria Graham, o desejo “por um poeta ou um pintor” que fosse capaz de captar na sua plenitude, os

---

<sup>5</sup> Como exemplo, vemos como C. De Mello Leitão, relatas as impressões de Darwin ao chegar em Salvador em 29 de fevereiro de 1832: “Que dia delicioso! Mas o termo *delicioso* é fraco para exprimir os sentimentos de um naturalista que pela primeira vez erra numa floresta brasileira. A elegância das ervas, a novidade das plantas parasitas, a beleza das flores, o verde brilhante da folhagem, mas, acima de tudo, o vigor e o brilho geral da vegetação, enchem-me de admiração [...]quem ama a história natural experimenta num dia como esse o prazer, a alegria mais intensa que possa esperar”. LEITÃO, C. De Mello. *Visitantes do Primeiro Império*. Companhia Editora nacional,1934, pp. 49-50.

<sup>6</sup> O conceito e a aplicação de *ekphrasis* é, segundo Dalma Nascimento, um “expediente retórico antiquíssimo da Grécia Clássica. Por meio do artifício da conjunção da palavra-imagem, visualizam-se certas situações narradas semelhantes a uma pintura, evocando com tal intensidade a cena como se ela tivesse diante dos olhos do sensível leitor”. NASCIMENTO, Dalma. *Tenizza Spinelli nas bordas da autoficção?* Niterói, RJ: Parthenon Centro de Arte e Cultura,2020, p.24.

atributos românticos expressados pelo sentido de “pitoresco”, como observado na descrição que se segue:

Esta manhã, ao raiar da aurora, meus olhos abriram-se diante de um dos mais belos espetáculos que jamais contemplei. Uma cidade magnífica de aspecto, vista do mar, está colocada ao longo da cumeeira e na declividade de uma alta e íngreme montanha. Uma vegetação riquíssima surge entremeada com as claras construções[...]. Aqui e ali o solo vermelho vivo harmoniza-se com o telhado das casas. O pitoresco dos fortes, o movimento do embarque, os morros que se esfumam a distância, e a própria forma da baía com suas ilhas e promontórios, tudo completa um panorama encantador[...]que aspirávamos por um poeta ou um pintor a cada passo (1990, p.164).

De início, a pictórica paisagem baiana sugeriu-lhe comparações apaixonadas ao estado de contemplação sublime da natureza, tão próprias das narrativas românticas inglesas daquele início de século. Este foi o momento, em que poetas, pintores e intelectuais românticos elevaram a linguagem de seus discursos para o campo da crítica aos sistemas sociais do passado, e inspiraram-se na concepção de paisagem estética preconizada por Alexander von Humboldt (1769-1859), para compreender o ser humano diante da natureza. Segundo Salet Kosel e Beatriz Furnaletto, “Humboldt procura na ‘característica total’ fisionômica de uma região, ou seja, no plano estético, a chave da essência transcendental da paisagem” (2014, p.14). Assim sendo, de maneira a contextualizar a subjetividade que aflorou com intensidade no romantismo oitocentista, recorreremos à pintura *O viajante sobre o mar de névoa*<sup>7</sup> de Caspar David Friedrich, por esta obra representar uma síntese acerca dos debates românticos que envolviam o estado sublime da natureza e a insignificância do indivíduo diante dela.

Entretanto, não foi apenas a paisagem sublime de Humboldt que atraiu a atenção de Maria Graham, durante a sua estada na Bahia. Ao contrário, naqueles dias, os olhos da autora voltaram-se atentos, para a sombria realidade que permeava o cotidiano urbano da cidade de Salvador. O cenário social da escravidão, a desnudar-se por inteiro com tamanha violência, ocupou o lugar de destaque na produção textual e iconográfica da escritora. Por conseguinte, a observação da realidade escravagista do Brasil, alcançou na pena e nos pincéis da autora, a sua interpretação crítica mais dramática.

Era a primeira vez que tanto os rapazes quanto eu estávamos num país de escravidão e por mais que os sentimentos sejam penosos e fortes quando em

---

<sup>7</sup> John Lewis Gaddis, cita que: “O quadro datado de 1818, é o conhecido: *O Viajante sobre o Mar de Névoa*, de Caspar David Friedrich. A impressão que nos dá é contraditória, sugerindo ao mesmo tempo domínio sobre uma paisagem e a insignificância do indivíduo diante dela. Não vemos o rosto, por isso é impossível saber se a cena à frente do jovem é alegre ou aterradorante, ou ambas. Paul Johnson usou a pintura de Friedrich há alguns anos como capa de seu livro *The Birth of the Modern*, para evocar o surgimento do romantismo e o advento da Revolução Industrial”. GADDIS, John Lewis; DEL PRIORE, Mary. (Org.). *Paisagens na História: Como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.p.15.

nossa terra imaginamos a servidão, não são nada em comparação com a visão tremenda de um mercado de escravos (1990, p.134).

Desta forma, enquanto a autora esteve de passagem pela província da Bahia, o seu olhar observou a desterrada população de africanos. Mrs. Graham ressaltou, que foi a cena da escravidão baiana que se mostrou mais brutal expondo “estas desgraçadas criaturas[...]a todas as misérias da vida” (1990, p.208). Embora o comércio de mão de obra escrava não fosse totalmente desconhecido para os ingleses, pois que, todos os cidadãos britânicos residentes na Bahia possuíam escravos, o que surpreendeu a Maria Graham e a tripulação da *Doris* foi a maneira de como se dava no Brasil, o relacionamento entre senhores e cativos. E, sobre a assimetria social imposta pela escravidão, Mary Del Priore aponta que, para os senhores, os escravos eram apenas acessórios “presos a laços de dependência e submissão, mas imersos numa complexa rede de relações que variava de senhor para senhor” (2018, p.232).

Representante de uma Inglaterra orgulhosa por instaurar um movimento popular abolicionista, que teve as suas fileiras engrossadas pelos comitês organizados por mulheres, religiosos, cidadãos comuns e, autenticado na voz e ações de Willian Wilberforce (1759-1833), Maria Graham pode manifestar na escrita do *Diário*, toda a indignação e repúdio que sentiu ao constatar a dura realidade da economia escravista, que encontrara ao chegar nas terras brasileiras. Sob o seu olhar, a escritora contrapôs criticamente, retratos sociais pintados em paletas de cores opostas. Neles, Maria Graham expôs as paradoxais relações existentes entre a parcela da sociedade branca, proprietária e de elite, em oposição ao grande contingente de negros e mulatos, escravos ou forros, homens e mulheres.

A população da Bahia era mestiça. Por toda parte ela podia ser reconhecida; nos campos agrícolas dos grandes proprietários, nos interiores das rústicas casas grandes, nas complexas instalações dos engenhos de açúcar, ou no vaivém urbano de vilas e cidades. E lá, por entre fazendas, vielas, becos e ladeiras, transitavam anonimamente centenas de homens e mulheres que vindos da África, e crioulos<sup>8</sup> nascidos na terra, eram forros, livres ou escravos. Ainda nas últimas décadas do século XVIII, Luís do Santos Vilhena (1969) descreveu a pluralidade desta sociedade baiana, que manteve a mesma tipologia etnográfica por todo o século XIX, quando destacou as tensões inter-étnicas pulsantes naquela imensa população:

Quase todos os mulatos ricos querem ser fidalgos, muito fofos e soberbos, e pouco amigos dos brancos, e dos negros, sendo diferentes causas. Os pobres não se têm em menos conta que os brancos, sendo bastante atrevidos; e à sua

---

<sup>8</sup> Sobre as distinções impostas pela escravidão no Brasil, entre ser “crioulo” ou “africano”, Mary Karasch aponta que “no século XIX, as principais divisões dos escravos no Rio estavam baseadas no lugar de nascimento: África e Brasil[...]. Uma vez feita essa primeira distinção, os senhores de escravos prosseguiram de forma diferente na classificação de sua “mercadoria”. Eles “separavam” os escravos brasileiros por cor, ao passo que os africanos eram classificados por local de origem, uma vez que, da perspectiva dos senhores, todos os escravos africanos eram “negros”. KARASCH, M.C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850*. São Paulo: Companhia das letras, 2000, p.36.

imitação os negros crioulos, dotados todos de habilidade para os empregos a que querem destinar-se. Há muitos negros forros dos que têm vindo das costas d'África, os quais não deixam de ser humildes, e mais propensos aos brancos, do que aos mulatos, e crioulos" (1969, p.53).

Nas cidades baianas, centenas de indivíduos escravizados, forros ou livres, fossem eles, jovens ou adultos, velhos ou crianças, homens e mulheres, eram ganhadores e ganhadoras domésticas, quitandeiros e vendeiras de aluguel, ou carregadores contratados em ofícios mecânicos e serviços braçais, nas mais diversas atividades. Segundo Kátia Mattoso:

O escravo da cidade é eclético. Alguns deles, evidentemente, adquiriram na África, ou com o seu senhor, um ofício determinado (cozinheiro, cocheiro, bordadeira, costureira, calafate, pedreiro, caldeireiro, carpinteiro, etc.). Estes vendem sua competência, se o mercado a requer. Outro venderá da mesma maneira sua habilidade em levar o cliente a comprar o que lhe queira vender (1990, p.140).

No Oitocentos, pelas ruas de Salvador também circulavam negros e crioulos, escravos, forros e livres, que podiam ser empregados em outros ofícios, tais como os de barbeiros, boticários, artesãos, músicos, pintores, calígrafos etc. Entretanto, apesar de tal riqueza de saberes, a pluralidade desse diversificado elenco somou, desde o século XVI, apenas para compor a paisagem brasileira de uma realidade social, opressora, excludente e desigual por longos três séculos. Sobre esses tempos pretéritos, Kátia Mattoso observa que foram “três séculos durante os quais as relações sociais jamais se estratificaram, ao contrário, evoluíram numa conjuntura mutante. Três séculos também de analfabetismo generalizado em quase todas as categorias da população” (1990, p.232).

O obscuro universo de servidão que Maria Graham encontrou no Brasil, levou-a a esboçar com traços incisivos, a realidade do contexto escravocrata que subsistia na província da Bahia. Nas palavras da autora, “outro dia tomei alguns jornais velhos da Bahia, exemplares da *Idade do Ouro*<sup>9</sup> e encontrei na lista dos navios entrados durante três meses deste ano os seguintes dados: entre 25 de março a 26 de junho de 1821, chegaram 1574 escravos vivos e 374 mortos”. E a autora continua a informar sobre a nefasta estatística: “de modo que da carga destes cinco navios, calculada acidentalmente, um quinto morreu na travessia” (1990, pp.186-191).

Neste momento mesmo, há um navio negreiro desembarcando a sua carga, e os escravos estão cantando enquanto vão para a praia. Deixaram o navio e percebem que vão para a terra firme. E assim, ao comando de seu feitor, estão a cantar uma das canções de sua terra em um país estranho. Pobres

---

<sup>9</sup> Sobre o jornal *Idade D'ouro* no Brasil, este foi o segundo jornal brasileiro a circular após a chegada de D. João ao Brasil em 1808: “segundo jornal publicado no Brasil[...]foi lançado no dia 14 de maio de 1811 em Salvador, sob a proteção do então governador geral da Bahia, Marco de Noronha e Brito, o conde dos Arcos. [...]era uma espécie de diário oficial da época, feito para dar publicidade aos atos oficiais e defender os direitos da Coroa portuguesa no Brasil. *Idade Douro do Brasil*. Edição 00012,11 fev.1823.Disponível em: [http://bndigital.bn.gov.br/acervo\\_digital/](http://bndigital.bn.gov.br/acervo_digital/) Acesso em 06 de janeiro de 2021.

desgraçados! Pudessem eles antever o mercado de escravos, a separação de amigos e parentes a que ali se procederá, a marcha para o interior, o trabalho nas minas e nos engenhos de açúcar e a canção deles seria um grito lamentoso[...]este é o principal porto de escravos do Brasil (1990, p.191).

Nas primeiras décadas do século XIX, a dominação senhorial na Bahia atingira gigantescas proporções. Tal prática não era incomum, e, desde o século anterior, Luís dos Santos Vilhena alertava para “o bárbaro, cruel, e inaudito modo com que a maior parte dos senhores de engenho trata os seus desgraçados escravos do trabalho” (1969, p.184). A constatação da violência praticada na escravidão e os vínculos abusivos dos proprietários para com os seus escravos foi denunciado na obra de Maria Graham, e afetou profundamente o olhar da autora. Não foram poucas as oportunidades em que ela foi testemunha ocular do dia a dia de escravos. Nas lidas dos engenhos, nos campos das fazendas, na intimidade familiar das casas grandes ou no cotidiano da escravidão urbana de Salvador, o que ela via era relações abusivas. Para os senhores de escravos, a posse de um cativo significava, apenas, um investimento financeiro que deveria resultar em lucro e produtividade. Logo, a existência dos escravizados era pautada por rígida sujeição ao modelo patriarcal, no qual, esperava-se do escravo a gratidão por receber a proteção e sustento dos senhores com trabalho, fidelidade, obediência e humildade. Portanto, para Maria Graham, aquelas vidas escravas estariam fadadas à indiferença e a invisibilidade social, pois “uma vez que se admite o tráfico, não admira que o coração se torne duro para os sofrimentos individuais dos escravos” (1990, p.186).

As diversas práticas subjacentes na dinâmica escravagista e documentadas pela autora, demonstram que os escravos e escravas urbanas que viviam em Salvador como ganhadores e quitadeiras, e que, por conseguinte, ficavam na maior parte dos dias longe das vistas dos capatazes e dos seus proprietários, usufruíam de alguma liberdade de ação. Eles viviam em condições superiores aos seus irmãos de cativeiro nas fazendas, já que estes, permaneciam mais próximos dos seus senhores nos campos agrícolas e na intimidade familiar das casas-grandes. E desta percepção sobre os diferentes cativeiros, Maria Graham documentou um interessante depoimento dado por um escravo empregado nas lidas produtivas de um grande engenho baiano. Nesse relato, foi observado como certos cativos entendiam suas próprias perspectivas de autonomia, no interior de um sistema de dominação patriarcal, a partir da proximidade ou afastamento de seus senhores:

“Quanto mais o senhor está distante de nós em lugar e categoria, mais liberdade usufruímos, menos são inspecionadas e controladas as nossas ações, e mais pálida fica a cruel comparação entre nossa própria sujeição e a liberdade, ou mesmo o domínio do outro” (1990, pp.178-179).

Durante o tempo em que Maria Graham esteve visitando a Bahia, ela procurou delinear a estranha singularidade da escravidão que acabara de ter contato. Observadora atenta da



cena cotidiana, seu olhar voltou-se para a representação das mulheres escravas e forras. Eram as vendeiras de ganho e quitandeiras que, com uma natural desenvoltura exibiam uma individualidade silenciosa, cuja dignidade das suas heranças ancestrais, não passou despercebida para a escritora. O século XIX havia trazido para a antiga capital colonial, o incremento do tráfego de escravos e a intensificação do comércio interprovincial. No dinâmico cotidiano das ruas e mercados, da “cidade em pleno desenvolvimento, aberta, colhedora”,<sup>10</sup> Maria Graham registrou o retrato etnográfico de uma constelação de mulheres vendeiras, que oferecendo seus produtos expostos sobre rústicas esteiras e transportados em grandes cestas ou em caixas envidraçadas, confirmou um lugar histórico na circularidade de mercadorias de subsistência e de produtos manufaturados na economia baiana oitocentista.

Uma exótica natureza tropical misturava-se a paisagem urbana de Salvador. A cidade formada por ladeiras, vielas, becos e várzeas, lembrava uma cópia mal-acabada da distante Lisboa. A arquitetura barroca das igrejas conventos e mosteiros católicos se integrava, numa original composição, ao casario colonial e neoclássico de pedra e cal, onde, segundo relata Mary Del Priore, “havia sobrados com três, quatro, e até mesmo cinco andares[...]Na cidade baixa, dos altos sobrados, habitavam os comerciantes; os mais ricos possuíam casas de campo nas colinas, fora do centro da cidade” (2016, pp .156-157). Contudo, para Maria Graham a cidade baixa tinha a aparência de um amontoado de ruelas estreitas, que “sem exceção, é o lugar mais sujo em que eu tenha estado” (1990, p.165). Na longa via, que a partir do Arsenal cruzava toda a extensão da cidade baixa, transitavam centenas de vendedores, artífices e carregadores, junto a comerciantes portugueses, estrangeiros e brasileiros. A inglesa relatou que aquele lugar abrigava os maiores armazéns e escritórios comerciais da Bahia, e que lá encontravam-se “os mercados que parecem estar bem sortidos, especialmente de peixe” (1990, p.170). Era ali que estava, também, o mercado de escravos, “cena que ainda não aprendi a ver sem vergonha e indignação” (1990, p.170).

### **III. Vendeiras e quitandeiras no comércio de Salvador oitocentista**

Em 1821, pelas ruas de Salvador circulava uma imensa população de escravas de ganho que, entre outras negras livres e forras, apregoavam em altas vozes suas mercadorias num esforço incessante de venda. Enquanto as vendeiras livres e libertas arrecadavam, inteiramente para si, o ganho de suas vendas, as cativas e escravas de aluguel tinham a obrigação de efetuar aos seus proprietários, os pagamentos dos valores amealhados com o trabalho diário. Todas elas, entretanto, transitavam livremente pelas ruas da capital, levando aos mercados da cidade uma grande variedade de produtos. Por outro lado, as senhoras brancas e pertencentes às distintas e ricas famílias baianas, deviam ficar recolhidas em suas residências, de onde só saíam em companhia de seus maridos, filhos ou irmãos. A rotina de muitas destas mulheres da elite incluía passar horas de seus dias nas grandes cozinhas de suas casas, comandando de perto, o preparo dos quitutes pelas escravas. Sobre esta prática baiana, o cronista Luís dos Santos Vilhena conta que não era

---

<sup>10</sup>Mattoso, Kátia M.de Queirós. Ser escravo na Bahia.3ªed.São Paulo: Editora Brasiliense,1990, p.205.

incomum, que das residências mais abastadas da cidade, fossem enviadas, diariamente às ruas, dezenas de escravas do serviço doméstico, com o objetivo de vender “produtos da sua indústria[...]e ainda contrabandos, tirados por alto, ou comprados em navios estrangeiros” (1969, p.131). Mary Del Priore completa que “também na primeira metade do século XIX, no interior de sobrados, donas de casa de ‘tamancas, sem meias com um penteador de cassa por vestido’ presidiam a fabricação de doces caseiros, que mandavam as escravas venderem em tabuleiros pelas ruas”. A autora informa que “algumas dessas escravas além de cozinhar quitutes, os vendiam, também, como ambulantes. Para as escravas contratadas não havia distinção do serviço a ser executado, nem horário de trabalho fixo a cumprir” (2016, pp.204-286-287). Sobre as demandas impostas no mercado de aluguel de escravas, forras, mulatas e livres, Kátia Mattoso, sublinha:

Na realidade, a especialização do escravo é determinada segundo as necessidades do mercado ou a boa vontade do senhor[...]O escravo é, às vezes, simplesmente alugado no mercado de locação de serviços. É possível aluga-lo ao dia, à semana, ao mês, ao ano ou por mais tempo. Em geral, para prazos muito curtos (um dia, uma semana) o contrato é verbal; para períodos mais longos é feito um registro no cartório (1990, p.141).

Para as vendeiras e quitandeiras escravas, o trabalho lhes valeria uma pequena renda amealhada pelo pagamento de seus bons serviços. Flávio dos Santos Gomes ressalta, que estas “mulheres escravizadas agenciavam suas vidas não como objetos passivos[...]mas como sujeitos com lógicas próprias forjadas em experiências sociais concretas” (1992, p.19). Esses singelos ganhos, eram gratificações que variavam de acordo com a boa vontade de seus senhores, e seriam usados para conquistar, ao longo da vida, um pecúlio pessoal, que, num futuro distante lhes possibilitaria, dentre outras aspirações, a compra da própria alforria. Algumas escravas de ganho, puderam até economizar dinheiro suficiente para libertar a si e a membros de suas famílias<sup>11</sup>. Tal prática de mobilidade social foi abordada por Luiz Carlos Soares a partir do caso da escrava de ganho Bertoleza: “ela era escrava de um senhor cego, residente em Juiz de Fora e todo mês tinha que mandar para ele a quantia de 20\$000 Reis. Apesar do trabalho intenso, a quitandeira conseguiu fazer economia para comprar sua liberdade” (1988, p.123). Segundo o autor, sendo mais um dos antagonismos da economia escravista, essa era uma prática que permitia alguma mobilidade social entre a população feminina cativa, embora, houvessem requisitos importantes a serem observados:

As escravas preferidas para essa atividade(ganho)possuíam certas características mais procuradas para que desempenhassem bem a tarefa, como o domínio sobre a língua portuguesa, boa aparência e tino comercial, lembrando que muitas destas vieram de tribos africanas onde o papel comercial era exclusivo das mulheres[...]Logo, as mulheres negras ganhadeiras, como eram chamadas, tanto as escravas, quanto as livres ou libertas, ocuparam papel de destaque nesse cenário[...]O sucesso se refletia, sobretudo, no controle que

---

<sup>11</sup> REIS, João José. *De escravo a rico liberto-A trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia Oitocentista*. Rev. hist. (São Paulo), n.174, p.15-68, jan., jun.,2016.

as ganhadeiras vieram a ter sobre o comércio varejista de produtos perecíveis. (1988, p.108).

Ao ver as ganhadeiras nos mercados baianos da cidade baixa, o historiador oitocentista Frank Vincent deixou uma descrição, no mínimo curiosa, sobre os aspectos físicos daquelas mulheres: “ao longo do mar existe um grande mercado a céu aberto, com todo o tipo de peixes, frutas e vegetais, oferecidos à venda por negras gigantescas” (1895, p.306). Por certo, não faltaram nos relatos de estrangeiros, homens e mulheres que estiveram no Brasil durante as primeiras décadas do século XIX, um acentuado estranhamento eurocêntrico relativo a aparência e aos valores culturais das negras vendeiras e quitadeiras de ganho. Contudo, houve aqueles que souberam apreciar certos costumes próprios das baianas vendeiras, como por exemplo, o hábito característico de oferecer as mercadorias em cestos e baús levados à cabeça. Um destes simpatizantes das práticas locais foi o cônsul britânico James Wetherell, que residiu em Salvador no início do século XIX, a serviço do governo inglês. Por observar cotidianamente o andar cadenciado das quitadeiras e a facilidade que elas demonstravam em equilibrar sobre si, pesados fardos de gêneros de consumo, ele comentou que, “o hábito continuado de levar coisas à cabeça lhes dá um porte muito erecto. As mulheres em especial são muito hábeis[...]a tudo levam à cabeça e isto lhes deixa livres as mãos” (1982, p.141).

No século anterior, o professor régio de grego, Luís dos Santos Vilhena, estranhava que em Salvador, fossem vendidos pelas muitas negras escravas, forras e livres, toda a sorte de mercadorias como, por exemplo, carne seca, carne de baleia, toucinho, hortaliças e peixes, em mercados chamados de quitandas. Ele nos dá a saber, que o comércio de peixes era privativo das negras ganhadeiras e que elas monopolizavam a venda de pescado na Bahia: “vendem as ganhadeiras o peixe a outras negras, para tornarem a vender ,e a esta passagem chamam *carambola*” (1969,p.127).Embora esta fosse uma prática proibida pela administração pública, ele acrescenta que “de ordinário são, ou foram cativas de casas ricas, e chamadas nobres, com as quais ninguém se quer intrometer, pela certeza que tem de ficar mal, pelo interesse que de comum tem as senhoras naquela negociação” (1969,p.131). Como vemos nesse relato, as senhoras proprietárias exploravam as habilidades comerciais de suas escravas, de forma a garantir rendas, que muitas vezes, sustentavam a própria da família dos senhores. E assim, pelo numeroso contingente de quitadeiras continuamente movimentar uma máquina comercialmente lucrativa e ligada a economia da nobreza da terra, Vilhena informa que o “Senado mandou fazer umas casinhas para alugar às quitadeiras, com a desgraça porém de serem tão pequenas que nenhuma as quis alugar” (1969, p.93). Para Maria Graham a representatividade das mulheres vendeiras e quitadeiras, não se limitou às atividades comerciais que exerciam. Num esforço em descrever aquelas que colocavam em movimento com sua força de trabalho a engrenagem da economia de subsistência e do comércio de rua baiano, a autora inglesa registrou em pinturas, como as mulheres se exibiam atuando em seus ofícios cotidianos. A partir de pinturas com traços precisos, ela expõe os detalhes estéticos e culturais peculiares a este grupo, ou seja, como elas se vestiam, quais eram os acessórios e as joias que portavam, o que vendiam e se eram cativas ou libertas. O uso destes

atributos exteriores pelas vendeiras e quitadeiras baianas, as distinguíam no animado vai e vem de cestas e baús, repletos de mercadorias que, ordinariamente, carregavam sobre suas cabeças para os mercados e quitandas baianos.

#### IV. E o que as aquarelas das vendeiras baianas revelam?

**Figura 1- Vendedora de Peixes - Bahia**



Pintura em aquarela atribuído a Maria Graham- S/D. Fundação Biblioteca Nacional- Brasil

**Figura 2- Vendedora de Doces- Bahia**



Pintura em aquarela atribuído a Maria Graham- S/D. Fundação Biblioteca Nacional- Brasil

Os registros dos elementos de costumes nas iconografias produzidas pelos viajantes estrangeiros ao longo do século XIX, são usualmente delineados pelas representações de

figuras humanas isoladas, e, em algumas variações compositivas, em pares, ou em grupos. No caso das duas cenas de vendeiras e quitandeiras atribuídas a Maria Graham e analisadas neste estudo, elas nos falam o que vendiam e, também, sobre os seus status, quanto à serem escravas ou libertas. Essas imagens evidenciam, a tipificação dos principais signos exteriores que diferem estas mulheres na hierarquia social da escravidão: os pés descalços ou calçados, os trajes, os tecidos e os adornos usados por elas, revelam, ora, a manutenção das referências culturais africanas originárias, ora, o hibridismo de costumes europeus, tão bem apropriados pelas crioulas mulatas, escravas forras e livres no Brasil do Oitocentos.

Desde os fardos que equilibram à cabeça, aos panos ou objetos que levam sobre os ombros, até as joias que exibem orgulhosas pelas ruas em sinal de distinção, todos estes signos concorrem para informar ao observador, sobre os diversos ofícios e labores destas mulheres nos afazeres do cotidiano. Portanto, estas iconografias destacam o complexo universo social da Bahia escravista, no qual a participação do feminino na dinâmica da economia de subsistência, se destaca pela sua originalidade. Como enfatiza Eneida Maria Mercadante Sela, em tais registros “mesmo que sejam deliberadamente construções, composições, personagens pictóricas estáticas, vemo-las — ou podemos supô-las — em situações específicas” (2008, p.113). Assim, percebemos que as escolhas compositivas e temáticas das imagens, denotam as motivações que inspiraram o observador, em função do uso para o qual estes registros foram produzidos. Sobre estas escolhas estilísticas, Carlo Ginzburg aponta para o “conceito de função” formulado por Ernest Gombrich para quem “a forma de uma representação não pode ser separada do seu fim e das exigências (*requirements*) da sociedade onde aquela determinada linguagem visual é válida” (2014, p.135). Por conseguinte, as representações artísticas da etnografia local e dos costumes praticados naquele desconhecido Brasil escravista, eram, pelas mãos dos viajantes estrangeiros, cada vez mais divulgadas na Europa em inúmeras publicações de diários de viagem, álbuns com temas relativos ao “pitoresco”, e tratados científicos sobre a diversidade dos tipos humanos. Quanto às escolhas e omissões do observador e registradas nas imagens, estas estavam relacionadas aos propósitos aos quais os viajantes estavam a serviço, e, no caso de Maria Graham, ela tinha os olhos voltados para os seus leitores e para o mercado editorial inglês. Ainda segundo Eneida Maria Mercadante Sela, desde as últimas décadas do século XVIII, “as expressões iconográficas adquiriram uma importância impar para vários públicos consumidores, ou seja, passaram a integrar e informar a sua cultura visual” (2008, p.52).

Na análise da iconografia *Figura 1- Vendedora de peixes - Bahia*, podemos observar que Maria Graham destaca a figura isolada de uma vendeira, que leva à cabeça uma imensa cesta repleta de peixes. Na imagem é possível reconhecer o status social da mulher negra, que, por estar descalça, indica ao observador tratar-se de uma escrava de ganho baiana. Suas vestes visivelmente singelas, são formadas por duas peças compostas por uma saia longa e rodada, costurada em tecido liso na cor azul acinzentada, e por uma camisa branca, larga e decotada, de mangas curtas, em tecido de aparência rústica. A cintura da saia é marcada por um pano estampado enrolado em torno do corpo, que pressupõe ser utilizado como um porta moedas ou para outros usos correlatos. Colocado sobre o ombro esquerdo, a vendeira baiana sustenta um comprido e largo pano em listas vermelhas, bege

e branco e, por fim, envolvendo toda a cabeça, a cativa usa um turbante de finas listras vermelhas e brancas. O uso de panos coloridos, lenços enrolados sobre o corpo e turbantes na cabeça, indica, segundo Cláudia Cristina Mól, hábitos próprios das mulheres africanas (2004, p.7).

Relativo ao costume de vestir as escravas e as mulheres livres e libertas, com duas peças compostas por saias e blusas, a autora nos informa, que, em 20 de fevereiro de 1696 houve uma ordem régia, proibindo às mulheres negras o uso de vestidos “em todo o Estado do Brasil e em nenhuma das capitânicas dele possam usar vestido algum de seda nem se sirvam de cambraias ou de Holandas, com rendas ou sem elas” (2004, p.6). Apesar da dita proibição ter acabado em fins do século XVIII, o uso das saias e blusas ficou marcado como um indicador social. Maria Graham confirmou esta prática, quando descreveu no *Diário de uma viagem ao Brasil*, o ritual da entrega de roupas para os escravos, durante uma visita que fez a Fazenda da Luz em Guaxindiba, nos arredores do Rio de Janeiro, no ano de 1822:

Depois do almoço, assisti a revista semanal de todos os negros da fazenda. Distribuíram-se camisas e calças limpas aos homens; blusas e saias às mulheres, de algodão branco muito grosso (1990, pp.239-240).

Na sociedade escravista brasileira no século XIX, a indumentária tinha a função de definir as identidades sociais. Amanda Gatinho Teixeira nos lembra que as roupas eram responsáveis por “assinalar as distâncias sociais entre os indivíduos de uma sociedade que era praticamente analfabeta, criando assim, uma comunicação não verbal” (2017, p.10). Logo, o que se vestia, revelava o lugar que o indivíduo ocupava na hierarquia daquela sociedade patriarcal e escravocrata. Desta forma, pelo fato da imagem da vendeira não apresentar qualquer tipo de joia ou ornamentos indicativos da sua linhagem étnica, ou mesmo de uma irmandade religiosa a qual ela pudesse pertencer, a construção imagética em questão, nos informa sobre a sua condição de escrava, crioula ou africana, despossuída de quaisquer riquezas. Para complementar a composição, Maria Graham enfatizou a postura física da mulher cativa. A gestualidade da vendeira que segura com firmeza o grande cesto de peixes levado à cabeça, qualifica a sua atividade cotidiana de vendedora, tanto quanto, denota o tipo de mercadoria que oferece aos seus clientes. Estas informações, foram certificadas pela autora, na descrição da legenda ao pé da aquarela, onde é explicitado, tanto, o gênero da cativa, a atividade de seu trabalho e o produto comercializado por ela, quanto, a indicação geográfica da cena retratada. Todos estes signos presentes na imagem, “devem ser vistos como importantes elementos simbólicos para compreendermos a dinâmica social, a qual, estas mulheres estavam inseridas” (2017, p.8).<sup>12</sup>

Na representação da *Figura 2- Vendedora de Doces-Bahia* há uma nítida mudança na linguagem da iconografia. Não obstante a figura da vendeira estar representada de forma

---

<sup>12</sup> TEIXEIRA, Amanda Gatinho. *Joalheria de crioulas: subversão e poder no Brasil colonial*. Revista Antíteses, v.10, n.20, p.829-856, jul./dez.2017.

isolada na composição pictórica, tal qual, no exemplo anteriormente comentado da *Figura 1*, desta vez, entretanto, Maria Graham enfatizará na pintura, o estatuto social de liberta e de próspera doceira da personagem retratada. E ela o faz, a partir de uma minuciosa caracterização dos vários atributos externos da sua indumentária e adornos, que atestam e informam sobre a diferenciação social daquela mulher dentre a comunidade africana e crioula.

Na aquarela em questão nota-se o destaque dado pela autora, aos detalhes que compõem a figura retratada: as vestes guarnecidas de delicadas rendas e crivos; as diversas joias de crioula<sup>13</sup> que enfeitam com graça o corpo da vendeira; os pés calçados por sapatos pretos e o fino acabamento do baú de vidro que ela ostenta sobre a cabeça protegida por um turbante. A ênfase dada à representação do baú, sugere ao observador, o cuidado e asseio na apresentação dos doces oferecidos pela vendeira a sua clientela. Como visto, todos estes elementos simbólicos presentes na imagem, além de serem um indicativo de resistência cultural, sugerem, pelas características ornamentais da composição, tratar-se de uma experiente e bem sucedida ganhadeira. Como observado por Caio Itália Costa “o uso de adornos, além de demonstrar plenitude e prosperidade, era um sinal de qualidade dos produtos ora vendidos” (2018, p.8). Por conseguinte, podemos supô-la uma orgulhosa possuidora de bens, prestígio e riquezas. A tipificação das joias, que mesclam referências culturais afro-brasileiras e europeias, bem como, o uso que ela faz de calçados, aponta para o lugar social ocupado pela ganhadeira, na coletividade das mulheres de livres e alforriadas na Bahia oitocentista. Símbolo distintivo por excelência, que atesta o estatuto social de liberta da personagem retratada, os calçados, “além de serem tidos, na época, como objetos de grande prestígio, simbolizavam principalmente a liberdade” (2018, p.8). A cena retrata uma vendeira de doces carregando um grande baú, construído em vidro e madeira, com acabamento em pintura azul celeste. No interior da caixa, é possível reconhecer uma prateleira, onde estão expostos cuidadosamente, os quitutes que serão comercializados nos mercados e quitandas de Salvador. A indumentária da figura é constituída por duas peças independentes, sendo elas, uma saia vermelha longa e rodada, e uma blusa branca de mangas curtas. A saia, cuja estamparia de inspiração neoclássica é formada por um padrão na cor amarelo-ouro, apresenta na sua parte inferior, um grande babado com debrum em crivo branco – outra referência aos costumes europeus – que é visto também, como enfeite no acabamento da bainha. Compondo o belo e colorido conjunto de duas peças, a blusa branca aparenta ter sido confeccionada em tecido de delicada textura, o que agrega à imagem, uma evidente percepção de sensualidade na vestimenta. Inteiramente ornamentada nos acabamentos do decote e das mangas por fina

---

<sup>13</sup> Sobre o significado e usos pelas escravas, forras e libertas das chamadas ‘joias de crioulas’ Cristina Anielle Silva e Priscila Miraz de Freitas esclarecem que esta forma de joalheria foi “criada no Brasil, mais especificamente na Bahia, no século XVIII, sendo mais comum no século XIX, ressaltando as mudanças com relação à vida privada, assim como, na dinâmica social e suas consequências na relação entre senhores e escravos. Hibridismo cultural, importante fenômeno social, foi o que possibilitou o surgimento dessas joias, através de ricas influências de culturas diferentes, tanto na criação de símbolos utilizados, quanto, no tratamento e manipulação dos materiais. Jóias que se tornam, então, símbolos de resistência escrava dentro dessa sociedade, uma vez que negros eram proibidos, tanto de usar, quanto de trabalhar com ouro e metais nobres”. SILVA, Anielle Cristina; GRECCO, Priscila Miraz de Freitas. *Joalheria e resistência escrava na Bahia colonial- As Joias de Crioulas*. Disponível em: [http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2016/pdf/04\\_04.pdf](http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2016/pdf/04_04.pdf). Acesso em :25 de março de 2021.

renda da mesma cor, este é mais um indicativo das apropriações da moda europeia nos modos de vestir, que, cada vez mais, eram praticadas pelas mulheres forras e libertas no Oitocentos. Por outro lado, o grande decote da blusa que deixa propositalmente à mostra, parte do colo e dos ombros do corpo feminino, remete ao legado estético e cultural da ancestralidade africana na indumentária da figura retratada. Complementando o traje descrito, a vendedora usa sobre o ombro direito, um longo pano de costas na cor preta. Este adorno, cujo o uso era um hábito entre as mulheres africanas, é forrado com tecido azul celeste, e aparenta ter o acabamento das pontas em barrado adamascado preto. Relativo a crescente assimilação da moda europeia no Brasil, Amanda Gatinho Teixeira lembra que ao longo do século XIX, a incorporação do gosto europeu nas maneiras do vestir passou a ser um indicativo dos distintos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos, onde o prazer de ser visto era “imprescindível em todas as camadas sociais” (2017, p.10).

No guarda-roupa das mulheres forras e libertas no Brasil do Oitocentos, as saias e blusas foram as duas peças mais popularizadas e o costume de vesti-las, atestam o fenômeno das apropriações da moda europeia pelas africanas e crioulas na Bahia. Cláudia Cristina Mól destaca que “seu uso foi hábito generalizado entre as libertas e observado por viajantes no século XIX” (2004, p.5). A autora ainda nos informa que nos inventários de pardas, forras e libertas na Bahia oitocentista, são encontradas diversas referências a estas peças do vestuário europeu, assim como são descritas as cores, bordados, estampas e tecidos utilizados nelas, tais como: “saias de chita”; “saias de droquete”; “camisas finas de babado”; “saias de baeta preta”; “saia de riscado arroxeadado”; “saia de chita com pontos encarnados de labirinto”, dentre outros variados itens de vestuário encontrados nos inventários pesquisados.(2004, p.4).

Na descrição dos adornos que compõem a indumentária da *Vendedora de Doces* nota-se que a personagem guarnece o pescoço com um colar de pingente em cruz, enfeita com pulseiras os seus braços, e emoldura o rosto com um par de brincos de contas. O uso destas “Jóias de Crioulas” destinavam-se às escravas, forras e libertas, negras ou mulatas, e tinham como propósito, comunicar visualmente, em meio àquela hierarquia social escravocrata e excludente, que, aquelas que as usavam, haviam conquistado ao longo de toda a sua vida, pecúlio, influência ou credibilidade. C.de Mello Leitão observa que “as negras adornavam-se com correntes de ouro de uma a três jardas de comprimento, enroladas em três ou quatro voltas no pescoço, tendo preso um crucifixo, santo ou bentinho de ouro” (1937, p.133). No caso das vendedoras libertas, elas adquiriam as jóias com o dinheiro obtido nos seus comércios de alimentos, objetos e tecidos. Todavia, para as escravas, a posse destas jóias estava ligada a certas retribuições de “favores sexuais” aos seus senhores, ou, na melhor das hipóteses, eram benesses advindas da boa vontade e dos bons olhos dos patrões para com a sua cativa favorita.

Confeccionadas em ouro, prata ou contas e popularizadas no Rio de Janeiro e Salvador entre os séculos XVIII e XIX, as “Jóias de Crioulas” eram compostas sobretudo, por braceletes, anéis, colares, brincos e penca de balangandãs. Encontradas em diversos testamentos e inventários de forras e libertas, estas jóias tinham a função de servir como proteção material de suas usuárias e eram usadas como espécies de filtros mágicos.



Verdadeiros amuletos espirituais, invocativos das raízes religiosas africanas, o uso destas peças sinalizava uma forma de distinção social de suas proprietárias, uma vez que elas representavam, segundo informa Amanda Gatinho Teixeira, “um indicativo de prosperidade, clientela numerosa e, portanto, sinal que a ganhadeira vendia produtos de qualidade” (2017, p.8).

Como visto, foram as representações do rico conjunto de atributos visuais alusivos ao bem sucedido ofício de quituteira, que Maria Graham soube tão bem destacar na iconografia *Vendedora de Doces*. A tipificação material condizente com o *status* social conquistado pela doceira, foi reforçada na figura, na ênfase atribuída à gestualidade corporal da liberta. Nas entrelinhas do não dito, podemos reconhecer no porte apumado da personagem, uma sugestiva altivez de mulher vaidosa. Além disso, uma leitura atenta dos demais parâmetros subjetivos que compõe a imagem, inspira o olhar do observador a perceber um certo ar de dignidade na expressão facial da figura. Por último, a composição imagética é certificada por uma legenda explicativa, onde são identificados, tal como observado anteriormente na *Figura 1*, o gênero e o ofício da mulher vendeira, os produtos que comercializava, bem como, a localização geográfica da cena retratada.

#### **V• Considerações Finais.**

O século XIX assistiu o Brasil apresentar-se ao mundo. Desde os anos de sua descoberta, as terras brasílicas não experimentavam tantas ações transformadoras. Com a chegada da Família Real em 1808 vieram também os ingleses, que souberam aproveitar o vantajoso protagonismo comercial, cultural e político, obtido pelos acordos de proteção ao traslado da coroa portuguesa. Impulsionados pelo intenso movimento migratório em direção ao aos novos horizontes americanos, toda uma geração de artistas, escritores e naturalistas, aventuraram-se em desconhecidos destinos. Representantes entusiastas dos inovadores paradigmas do Romantismo nas artes, literatura e ciências, estes estrangeiros viajantes registraram tudo o que viram e viveram no Brasil de então. Levavam nas suas bagagens, a curiosidade pelo exótico, a expectativa por inéditos estudos etnográficos, botânicos, geológicos ou ainda, o desejo pela vanguarda nas publicações literárias e científicas no velho continente. Afinal, o público leitor europeu, ansiava por conhecer os aspectos paisagísticos e a tipificação dos estranhos mundos e habitantes daqueles distantes horizontes. Como uma representante da intelectualidade feminina em meio a esta intensa circularidade cultural entre o velho e o novo continente, a escritora inglesa Maria Graham esteve na Bahia nos anos de 1821 e 1824. O que ela viu foi um país de escravidão, onde a paisagem urbana de Salvador era formada por uma multidão mestiça, de escravos, forros e livres, e que a presença de mulheres na economia de subsistência era predominante. Dentre o vai- e - vem cotidiano da população de africanos e crioulos que ocupava em frenética atividade as ruas da capital, os olhos e os pincéis da escritora voltaram-se para a representação imagética das mulheres vendeiras e quitandeiras.

As iconografias analisadas neste estudo, demonstraram, respectivamente, como os registros de costumes foram delineados minuciosamente nas aquarelas de Maria Graham. Exemplos distintos de realidades coexistentes, ainda que, assimétricas, a iconografia da escrava *Vendedora de Peixes* denuncia a sua sujeição e invisibilidade social, enquanto, a representação da mulher livre em a *Vendedora de Doces*, deixa entrever ao observador a sua autonomia e individualidade. Assim, a visualidade das exteriorizações simbólicas da liberdade e do cativo foram aqui retratadas, lado a lado, de maneira a denunciar ao leitor, a trama de um tecido social frágil e desigual, no qual, a prática da escravidão constituiu as bases permanentes da sua urdidura.

### Fontes iconográficas

Vendedora de Peixes- Bahia

FISH woman: Bahia. Bahia: [s.n.]. 1 desenho, aquarela, col., 13,6 x 8,7cm colado em f. 15,2 x 11,2cm. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/callcott/icon393042i13.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/callcott/icon393042i13.pdf)>.

Acesso em: 22 jan. 2021. Localização: Iconografia - C.I.1.33(13) –Digitalizado

Vendedora de Doces- Bahia

SELLER of small wares, sweetmeats...: Bahia. [S.l.: s.n.], [s.d.]. 1 desenho, aquarela, col., 16 x 11,5cm colado em f. 18 x 13,5cm. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/callcott/icon393042i15.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/callcott/icon393042i15.pdf)>.

Acesso em: 22 jan. 2021. Localização: Iconografia - C.I.1.33(15) -Digitalizado

### Fontes Bibliográficas

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia do Século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã,1969.

VINCENT, Frank. *Around and About South América :Twenth months of Quest and Query*.5.ed.New York: D. Appleton and Co. ,1895,p.306.

### Referências Bibliográficas

BLOCK, Marc. *Apologia da História ou o ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,2002.

BRITTO, Sérgio. Apresentação. In: Jaffé, Aniela. (Org.). *Carl Gustav Jung: memórias, sonhos e reflexões*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira,2008.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular*. São Paulo: Editora UNESP,2016.

BURMAN, Laura. *A natureza como experiência de ser*. Projeto História, São Paulo,(8/9),mar.1992.pg 56,57,58.

DEL PRIORE. *Histórias da gente brasileira-2 Império*. São Paulo: Leya Editora,2016.

\_\_\_\_\_. *Ritos da Vida Privada*. In: NOVAIS, Fernando A.MELLO E SOUZA, Laura de(orgs). São Paulo: Editora Schwarcz,2018.

FALBEL, Nachman. *Os fundamentos históricos do Romantismo*. In: Ginsburg, J.(org.). São Paulo: Editora Perspectiva,2013.

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*.3.ed. Rio de Janeiro:Topbooks,2000.

- GADDIS, John Lewis; DEL PRIORE, Mary. (org.). Paisagens na História: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e História*. 2.ed. São Paulo: Editora Schwarcz, 2014.
- GRAHAM, Maria. *Diário e uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1990.
- GOMES, Flávio dos Santos. *História dos Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas do Rio de Janeiro- século XIX*. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279293>
- GOMBRICH, Ernest. *Apud: GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História*. 2.ed. São Paulo: Editora Schwarcz, 2014.
- KARASH, M.C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KOSEL, Salete; FURLANETTO, Beatriz Helena. *Paisagem Cultural: da cena visível à encenação da alma*. Ateliê Geográfico-Goiânia-GO, V.8, n.3 pp.215-232, dez/2014.
- LEITÃO, C. de Mello. *O Brasil visto por ingleses*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- \_\_\_\_\_. *Visitantes do Primeiro Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- LACOMBE, Américo Jacobina. (Trad.) In: GRAHAM, Maria. Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.
- LAGO, Tomás. *La Viajera Ilustrada: la vida de Maria Graham*. Santiago: Editora Planeta, 2000.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1990.
- MÓL, Cláudia Cristina. Entre sedas e baetas: o vestuário das mulheres alforriadas de Vila Rica. *Revista Varia História*, nº 32. pp176-189, Belo Horizonte: UFMG, julho, 2004.
- MONTEIRO, Aline Oliveira Temerloglou. Para além do “traje de crioula”: um estudo sobre materialidade e visualidade em saias estampadas da Bahia Oitocentista. 2012, 189f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) Faculdade de Artes Visuais. Universidade Federal de Goiás, GO, 2012.
- NASCIMENTO, Dalma. *Tenizza Spinelli nas bordas da autoficção?* Niterói, RJ: Parthenon Centro de Arte e Cultura, 2020.
- REIS, João José. *De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia Oitocentista*. Ver. Hist. (São Paulo). 2016, n.174, pp.14-67.
- SCARANO, Julita. Roupas de escravas e forros. Resgate: *Revista Interdisciplinar de Cultura*. Campinas. SP, v.3, n.1, p.51-61, 2006.
- SELA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de Ser, Modos de Ver*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- SILVA, Anielle Cristina; GRECCO, Priscila Miraz de Freitas. *Joalheria e resistência escrava na Bahia colonial- As Joias de Crioulas*. Disponível em: [http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2016/pdf/04\\_04.pdf](http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2016/pdf/04_04.pdf). Acesso em :25 de março de 2021.
- SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista brasileira de História*. São Paulo, v.8, n.16, p.107-142. mar. /ago. 1988.

TEIXEIRA, Amanda Gatinho. Joalheria de crioulas: subversão e poder no Brasil colonial. *Revista Antíteses*, v.10, n.20, p.829-856, jul. qez.2017.

VIEIRA, Cláudia Andrade. Aguadeiras, Mercadoras, Lavadeiras...: uma análise dos discursos acerca das mulheres negras na trama urbana de Salvador. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: ANPUH, 2015.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e Leitura. In: NOVAIS, Fernando A; MELLO E SOUZA, Laura. (Orgs). *História da vida privada no Brasil : cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2018.